

## NOSSO CÉU NÃO TEM ESTRELAS: O CAMPO INTELECTUAL MARANHENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

DORVAL DO NASCIMENTO<sup>1</sup>

O objetivo do presente texto é problematizar o campo intelectual maranhense na Primeira República, do ponto de vista material, o que significa investigar os meios de produção intelectuais disponíveis e/ou criados naquele momento histórico; e simbólico, significando abordar as posições de predominância individual e temática situadas no campo e as tomadas de posição intelectuais e políticas que representavam as disputas em torno das quais o campo se definia e redefinia. Pensamos o campo intelectual na perspectiva de Bourdieu, como um espaço social específico de relações dinâmicas, em que os agentes se posicionam, influenciando-se reciprocamente e sendo influenciados pelas relações em seu conjunto.

*Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos [conteúdo textual e contexto social], muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas obedece a leis sociais mais ou menos específicas (2004: 20).*

O campo intelectual maranhense durante a Primeira República foi marcado pela atuação de um grupo de literatos que se auto-intitularam “novos atenienses”. Ainda que carentes de unidade temática e política, esses ‘homens de letras’ definiam-se a partir da atuação no espaço regional, notadamente na capital, em inúmeras atividades vinculadas às ‘letras’ e construíram representações peculiares sobre o passado, vinculando-se imaginariamente aos literatos maranhenses ilustres da primeira metade do século XIX (Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Gomes de Sousa), constituindo dessa forma uma ponte com o glorioso passado literário maranhense. Antonio Baptista Barbosa de Godóis, Antonio Francisco Leal Lobo,

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em História Social (UFMA), Doutor em História (UFRGS). O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil e FAPEMA, Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.

Antonio Lopes da Cunha, Aquiles de Faria Lisboa, Domingos de Castro Perdigão, Domingos Quadros Barbosa Álvares, Fran Paxeco, Inácio Xavier de Carvalho, José Maranhão Sobrinho, José do Nascimento Moraes, José Ribeiro do Amaral, Justo Jansen Ferreira, Manuel de Béthencourt, Raimundo Lopes da Cunha e Raul Astolfo Marques são comumente identificados como os intelectuais de maior atuação neste período (MARTINS, 2006: 149-162).

A historiografia local os trata como um dos ciclos da história literária do Estado, terceiro (MARTINS, 2006: 50; MORAES, 1979: 202), quarto (MEIRELES, s/d: 163; MORAES, 1969: 7) ou quinto ciclo (RAMOS, 1973: p. 9 e 10), responsável pelo soerguimento da vida cultural local, em vista de um período anterior marcado pela estagnação das atividades literárias. O depoimento a seguir, de Mário Meireles, retrata bem esta perspectiva, ao afirmar que o período que estamos tratando caracteriza-se:

*Pela reação local que se esboça, e mesmo se efetiva, embora efêmera, para restabelecer em São Luís um clima intelectual, à sombra das glórias de um século antes, que permita, aos novos, conservar para a terra, e na terra, a fama de Atenas Brasileira que aqueles maiores para ela haviam conquistado e que, com a emigração em massa dos literatos do terceiro ciclo, havia se ensombrecido (MEIRELES, s/d: 163).*

O instituir uma linha de continuidade entre o passado cultural glorioso e os ‘novos’, mesmo que pela mera possibilidade de fazer esse passado renascer (“efetiva, embora efêmera”), implica, por parte da historiografia, na absorção de representações que exatamente os ‘novos’ puseram em circulação, como estratégia de acumulação de capital simbólico, como veremos mais à frente.

As possibilidades de carreira literária estavam marcadas, no período, pela ausência de um mercado consumidor regular de bens simbólicos, a nível regional, que impossibilitava a esses intelectuais viverem de sua própria produção literária. A carreira literária, assim, participava de um conjunto de carreiras possíveis do sistema de dominação, vinculada ao campo político, e que permitia aos intelectuais, conforme o caso e as vicissitudes das disputas de poder, ocupar funções públicas de segunda ordem no quadro das carreiras dirigentes disponíveis (MICELI, 2000: 24), em geral como professores do Liceu Maranhense e/ou da Escola Normal, diretores da biblioteca pública e da imprensa oficial e, no limite, secretário geral do Estado, funções distantes de carreiras dirigentes rentáveis e de prestígio como as de deputado federal, governador de

Estado e senador, ápice do espectro de carreiras dirigentes na Primeira República. O campo se organizava, assim, a partir de uma intensa disputa entre os intelectuais, que muitas vezes atendiam demandas do campo político, mas que, mais caracteristicamente, importava em uma concorrência para acumular capital simbólico em um meio social desprovido de condições mínimas de exercício da carreira intelectual, em vista da inanição de um mercado consumidor de bens simbólicos.

Desta forma, os jornais se constituíam como locais privilegiados de atuação, seja porque eram o suporte material para a defesa de posições políticas que interessavam a certos setores da oligarquia, no poder ou na oposição, o que possibilitava a ascensão a determinadas posições na burocracia e, mesmo, remuneração relativamente regular, mas também como forma de acumulação de capital social e simbólico. Pelos jornais, os literatos podiam mostrar o “valor de sua pena e o lastro de seus conhecimentos” (MACHADO, 1982: 8), não apenas aos que precisavam deles, mas a um público mais amplo, construindo, desta forma, uma ‘fama’ pela qual zelavam, fama essa que nada mais era que o máximo de capital simbólico que haviam acumulado principalmente nos e pelos jornais, mas também por ocasião do lançamento de uma obra de poesia, romance, contos ou de história. Eram *polígrafos*, sujeitos a demandas e encomendas que lhes faziam as instâncias dominantes da vida cultural (MICELI, 2000: 56), no caso regional aquelas que lhes formulavam os principais agentes políticos. Seu horizonte de expectativas estava orientado para a possibilidade de atuar no mercado nacional de bens simbólicos e participar das instâncias de consagração do trabalho intelectual no país, especialmente a Academia Brasileira de Letras, o que fazia da capital da República o *locus* que congregava os sonhos e desejos desses literatos, ainda mais que tinham bem presente, inclusive por serem contemporâneos, os exemplos de Arthur Azevedo (1855-1908), Coelho Neto (1864-1934), Aluísio Azevedo (1857-1913) e Humberto de Campos (1886-1934)<sup>2</sup>, festejados como maranhenses que venceram no Rio de Janeiro. O campo intelectual regional estava, assim, sujeito a uma tripla dependência: do campo político estadual; dos esquemas de estilo e consagração oriundos do campo literário nacional; e dos esquemas de pensamento e explicação científica vinculados à Europa, especialmente à França.

---

<sup>2</sup> Estes intelectuais fizeram suas carreiras literárias no Rio de Janeiro, sem passar por uma atuação regional. Mesmo Aluísio Azevedo, que publicou ‘O Mulato’ (1881) em São Luís, transferiu-se para o Rio depois de sua obra ser hostilizada na Província e alcançar sucesso na Corte.

Participantes de um campo intelectual frágil e subordinado, como vimos, os ‘novos atenienses’, no entanto, sustentaram uma produção literária relativamente regular; fundaram ou estiveram envolvidos na fundação de instituições importantes para a vida cultural e literária da Província, como a Oficina dos Novos (1900), Renascença Literária (1901), Academia Maranhense de Letras (1908), Faculdade de Direito (1918), Faculdade de Farmácia e Odontologia (1922) e Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925); animaram publicações periódicas como *Philomathia* (1895-1896), *Os Novos* (1900-1902), *Revista do Norte* (1901-1905), *A Renascença* (1902), *O Ateniense* (1915-1918), *Revista Maranhense* (1916-1920), dentre outros. A historiografia os celebra como os intelectuais que promoveram a ‘regeneração intelectual’ do Maranhão (MORAES, 1979: 203).

Parece-me que esta noção de regeneração ou ressurreição intelectual está articulada as estratégias de consagração que os próprios ‘novos atenienses’ puseram em circulação e que foram assimiladas como representações pela historiografia, caracterizando a Primeira República como a retomada, em termos intelectuais, dos templos gloriosos da Província<sup>3</sup>. Há, entretanto, verossimilhança na formulação, na medida em que efetivamente aqueles intelectuais sustentaram uma importante produção cultural, em nível regional. No entanto, considero mais produtivo buscar entender as condições do espaço social maranhense que permitiram aquela atuação, ainda que num quadro de fragilidade e dependência do campo intelectual, do que discutir a noção tautológica de regeneração.

Nesse sentido, parece-se importante estar atento as modificações estruturais do campo político regional. Este passava por uma longa transição no padrão de dominação oligárquica (REIS, 1992). As disputas intra-oligarquias deixaram de ser efetivadas a partir de grupos familiares de grandes proprietários rurais e, ao mesmo tempo, desde meados do século XIX surgia um novo padrão de liderança política que tinha a carreira de Estado como centro principal de rendimentos e de objetivos. Ainda que socialmente vinculadas aos grandes proprietários rurais, pelo menos no início, essas lideranças autonomizaram-se cada vez mais e se tornaram o núcleo da política republicana,

---

<sup>3</sup> Neste sentido, o livro de Antonio Lobo, *Os Novos Atenienses - subsídios para a história literária do Maranhão* (São Luís: Tipografia Teixeira, 1909), cumpriu um papel fundamental ao realizar uma operação de leitura da história literária que favorecia a sua atuação e de alguns de seus contemporâneos.

assenhoreando-se do Estado e dos partidos. Centrando-se no objetivo de monopolizar esses aparelhos, essa liderança efetivamente política, que tinha como sua função especializada a intermediação dos interesses privados e do governo central com os interesses regionais concentrados no governo do Estado, favorecia, a partir das novas modalidades da política republicana, a configuração de uma incipiente opinião pública, alçando os jornais a palco de disputas de opinião, de defesa e ataque ao governo de plantão, conforme a orientação que tinha o jornal e, evidentemente, valorizando aqueles intelectuais que, com sua pena, poderiam prestar serviços às posições do partido da oligarquia dominante ou oposicionista, ou as dissidências oligárquicas, numerosas no Maranhão da Primeira República.

Além disso, a abolição da escravidão e o fim do Império, que significou, no Maranhão, o ápice da crise da grande lavoura agro-exportadora, implicaram no enfraquecimento dos grandes proprietários rurais, tornados intermediários entre a pequena lavoura e os comerciantes da capital, e sua dependência em relação ao exercício da política no meio urbano, notadamente na capital, fortalecendo os políticos ‘profissionais’ em ascensão desde o Império. A crise da grande lavoura consolidou também o processo de integração da economia regional ao mercado nacional, com as grandes casas comerciais de São Luís comandando todo o sistema econômico regional, e ainda a diversificação de investimentos, inclusive urbanos, no caso da criação de fábricas de tecidos e óleo de babaçu, dinamizando a vida urbana na capital do Estado, autodenominada então de Manchester do Norte (BORRALHO, 2009: 39).

Ao mesmo tempo, as crises e necessidades de recomposição das oligarquias durante a Primeira República favorecia a atuação dos intelectuais, a partir das demandas que surgiam no campo político. Foi assim por ocasião da primeira década republicana, na disputa pelas redes políticas de lealdades locais construídas durante o Império e em vista das próprias instabilidades do governo central republicano, que forçava a rearranjos quase permanentes. Da mesma forma, e penso que de maneira ainda mais importante, na crise que se seguiu a morte de Benedito Leite, em 1909, político que havia conseguido estabilizar o sistema regional de dominação, com a disputa, no seio do partido republicano, entre Urbano Santos e José Eusébio, ambos senadores e principais lideranças partidárias. Acresce-se à disputa a ascensão de Nilo Peçanha à presidência e sua amizade com Costa Rodrigues, antigo oligarca oposicionista. A situação política

gerou um acordo, intermediado pelo próprio presidente, entre as duas correntes do partido republicano e Costa Rodrigues, e que permitiu a eleição de Luiz Domingues (1910-1914) e Herculano Parga (1914-1918), dois governadores que não tinham relações tão íntimas com as frações dominantes da oligarquia e que tentaram uma linha de fortalecimento próprio (REIS, 1992: 58), o que implicava no concurso de intelectuais para a defesa do mandatário estadual. De fato, ao se referir a José do Nascimento Moraes, combativo intelectual do período, Nauro Machado afirma que Benedito Leite (1906-1908), Urbano Santos (1918-1922) e Raul Machado (1922-1923) foram os governadores mais combatidos por Nascimento Moraes, o que pressupõe uma relação de proximidade com Domingues e Parga (1982: 10). Ao lançar *Vencidos e Degenerados – Chronica Maranhense* (Tipografia Ramos d’Almeida, 1915), sua principal obra, Nascimento Moraes a dedica “ao Dr. Luiz Domingues”.

Assim, situados em um campo frágil e dependente, porém, em um espaço social que favorecia sua atuação como *polígrafos*, puderam os intelectuais maranhenses na Primeira República empreender um conjunto de estratégias de consagração, a partir das quais poderiam acumular capital simbólico e acessar carreiras mais rentáveis e prestigiosas da burocracia de Estado, e, quiçá, também vencer no Rio de Janeiro.

A principal forma dos intelectuais vencerem as dificuldades colocadas pela fragilidade do campo foi, como vimos, a de se vincularem ao glorioso passado literário maranhense, em um ambiente de decadência social e econômica. Manoel Barros Martins afirma que o discurso da decadência e a glória do passado literário, simbolizada no epíteto ‘Atenas Brasileira’, são representações permanentes no discurso que qualificaram a realidade maranhense (2006: 87). Na verdade, são duas faces da mesma moeda, a complementarem-se como um diagnóstico da realidade – a decadência – e uma possibilidade de transpor essa realidade assim diagnosticada – a idade de ouro, que implica uma renascença. Percebe-se, nesse sentido, uma passagem na nomeação desses intelectuais na Primeira República, de ‘novos’ por volta de 1900, com a Oficina dos Novos e o jornal Os Novos que circulou entre 1900 e 1902, para ‘novos atenienses’, como a Legião dos Atenienses, e o título do livro de Antonio Lobo, *Os Novos Atenienses*, publicado em 1909, assim como o jornal O Ateniense que circulou entre 1915-1918 e 1920-1921. Se a primeira nomeação refere-se a aspectos geracionais, com os intelectuais afirmando a sua mocidade, a segunda denota um esforço de consagração

ao vincular-se imaginariamente a velha Atenas Brasileira, idade de ouro da literatura maranhense e, por consequência naquele período, nacional, e a possibilidade de fazer reviver aquela época. Não é a toa que o grupo que rompeu com a Oficina dos Novos, liderado por José do Nascimento Moraes, intitulou-se Renascença Literária.

O imaginário da Atenas Brasileira para designar o período de atuação dos maranhenses ilustres nas letras, capitaneados por Gonçalves Dias, condensou representações formuladas por parte dos grupos sociais dominantes do Maranhão em meados do século XIX. Borralho encontrou a expressão pela primeira vez em 1851 nos folhetins de João Francisco Lisboa (2009: 94), o que implica que tenha sido elaborada por volta de fins da década de 40 do século XIX. De qualquer maneira, tal imaginário parece ecoar, por um lado, as condições sociais e culturais propiciadas pelo enriquecimento de parte dos grupos dominantes locais, desde meados do século XVIII, e que permitia um estreito contato cultural com a Europa, especialmente Portugal, através de seus filhos mandados a estudar no velho continente e retornados bacharéis e ‘homens de letras’ (MARTINS, 2006: 87 e 88; OLIVEIRA, 2007: 138 e 139). Ecoa também, conforme acentua corretamente Borralho, os esforços que esses grupos faziam para se inserir no nascente Estado brasileiro, após a independência, em vista de um vínculo sócio-econômico e cultural histórico com Portugal (2009: 16 e 17). Basta lembrar que o Maranhão aderiu à independência apenas em meados de 1823 e mantinha, em São Luís, uma importante e influente colônia portuguesa, especialmente abrigada no comércio. Acresce-se a essas dificuldades a eclosão da Balaiada entre 1838 e 1841.

O imaginário de ‘Atenas Brasileira’ foi, assim, uma elaboração que buscou inserir a província no nascente Estado brasileiro, porém mantendo uma distinção que, em última análise, remetia aos vínculos privilegiados que a mesma tivera com a Europa. Porém, a palavra secreta que está por trás da formulação é evidentemente Portugal, sinônimo de civilização para esses grupos sociais. É claro que a conjuntura política pós-independência impedia formulações do tipo ‘Coimbra Brasileira’ ou ‘Lisboa Brasileira’, o que seria muito verossímil. De qualquer forma, importava aderir se distinguindo. Mais do que uma ideologia da singularidade, o que está na base desse imaginário são representações que apontam para uma distinção da província no contexto das províncias brasileiras. Distinção que opera a partir do cultural, única instância possível capaz de fornecer verossimilhança a esse imaginário, em vista da situação de atraso econômico e

social. Daí a necessidade de manter noções como a do uso do melhor português do país ou a expressão escrita rebuscada.

Os intelectuais maranhenses na Primeira República, ao se designarem como os ‘novos atenienses’, buscavam exatamente se apropriar dessa herança representada no imaginário da Atenas Brasileira. Penso ser importante pensar a noção de herança como capital simbólico condensado, cujo legado é elaborado por gerações posteriores de intelectuais, capaz de ser apropriado por diferentes grupos e distintos objetivos. A noção de herança pressupõe uma tradição elaborada a partir de um referencial destacado como ápice de certa trajetória intelectual. Como não há, na maioria das vezes, testamento e nem herdeiros diretos, a herança simbólica é disputada por diferentes grupos e necessita de formas legítimas de apropriação, que possam operar uma transmissão verossímil de capital simbólico.

Esses intelectuais na Primeira República elaboraram diferentes táticas de apropriação da herança condensada no imaginário da Atenas Brasileira. Talvez a mais importante refira-se ao estabelecimento de determinados autores, literatos e/ou historiadores e geógrafos, o que não era muito distinguível no período, representados como personalidades tutelares que nortearam a fundação de cadeiras na Academia Maranhense de Letras (1908) e no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925), agências regionais de consagração e reconhecimento (ALMEIDA, 2008). Além de se configurar como uma forma de apropriação da herança, a maneira como se processam os rituais de consagração nessas instituições, com o estabelecimento de uma genealogia intelectual entre o patrono, o fundador da cadeira e os ocupantes posteriores, busca também controlar o processo de transmissão dessa herança simbólica concretizada na cadeira. É necessário lembrar que as primeiras organizações literárias dos ‘novos atenienses’, a Oficina dos Novos e a Renascença Literária, possuíam esta estrutura de patronos – fundadores – ocupantes. A genealogia assim ritualizada estabelece um vínculo que desconsidera as condições de consagração do intelectual tornado patrono, mas que, talvez por isso mesmo, permite que se aproprie do capital simbólico por ele deixado. Da mesma procedência é a elaboração de biografias e, principalmente, de panteões de figuras ilustres do passado maranhense, como os suportes da realidade presente no imaginário da Atenas Brasileira. Já no período entre 1873 e 1875, Antonio Henriques Leal publicou o *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos*

*maranhenses ilustres já falecidos* (BORRALHO, 2009: 19). Trata-se, portanto, de estabelecer uma tradição de homens ilustres sem a qual a apropriação do capital simbólico torna-se impossível.

Não estavam, entretanto, os ‘novos atenienses’ apenas com os olhos postos no passado. Olhavam também para o seu presente, em especial para aqueles seus conterrâneos que haviam se tornado intelectuais de renome nacional. Desde as primeiras edições do boletim *Os Novos*, aparecem no pequeno jornal cartas desses intelectuais, especialmente Aluísio Azevedo, se congratulando com a agremiação. Entretanto, a afirmação mais característica do vínculo tentado com esses intelectuais consagrados é aquela avançada por Antonio Lobo em *Os Novos Atenienses*, de que o movimento de restauração cultural do Maranhão, representado pelo ‘novos atenienses’ foi deflagrado pela passagem de Coelho Neto por São Luís, em 1899, que gerou entusiasmo na mocidade e deu início ao movimento, representação reafirmada por quase toda a historiografia sobre o período (MORAES, 1969: 16; MORAES, 1979: 203; MARTINS, 2006: 176, 182; OLIVEIRA, 2007: 142).

Espremidos entre um campo intelectual regional fragilmente constituído e um campo literário nacional inacessível, os intelectuais maranhenses na Primeira República tiveram uma importante atuação no âmbito regional, mas não alcançaram o estrelato nacional que almejavam. Olhavam para o céu literário da capital da República, onde algumas estrelas maranhenses brilhavam solitárias, e este lhes parecia uma realidade longínqua. O céu maranhense definitivamente não tinha estrelas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Ideologia da Decadência: Leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: A fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

MACHADO, Nauro. A escrita polêmica de José do Nascimento Moraes. In: MORAES, José do Nascimento Moraes. *Neurose do Medo e 100 Artigos de José do Nascimento Moraes*. São Luís: Secma, Civilização Brasileira, 1982, p. 7-40.

MARTINS, Manoel Barros. *Operários da Saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006.

MEIRELES, Mário M. *Panorama da Literatura Maranhense*. São Luís: s/e, s/d.

MICELI, Sérgio. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos Anatólios). In: *Inteligência à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 13-68.

MORAES, Jomar. *Vida e Obra de Antônio Lobo*. São Luís: Legenda, 1969.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. 3ª edição. São Luís: Sioge, 1979.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. Os Novos Atenienses: Saudade e poesia como invenção do Maranhão. *Ciências Humanas em Revista*. São Luís, v. 5, número especial, junho/2007, p. 135-144.

RAMOS, Clóvis. *Nosso Céu Tem Mais Estrelas – 140 anos de literatura maranhense*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

REIS, Flávio Antonio Moura. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850-1930)*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Unicamp. Campinas, 1992.